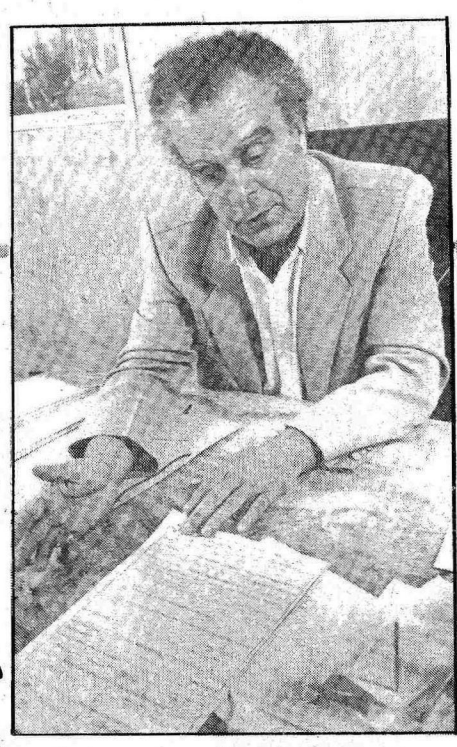


193 - Educação

MARIA DO ROSÁRIO CAETANO  
Repórter Especial  
Editoria de Cultura



# FÁBIO BRUNO

## A face cultural da Educação

*Fuog*  
*Bruno, Fábio*

**A** dinamização cultural da vida brasilienses dependerá — e muito — de um nome: o de Fábio Bruno, carioca da Ilha de Paqueta, 53 anos, 24 dos quais vividos em Brasília. Se a Secretaria de Educação e Cultura for prematuramente desmembrada, sua relação com a vida cultural brasiliense poderá tornar-se menos efetiva. Mesmo assim, esperando que o bom senso predomine sobre os que ora governam a cidade, vamos conhecer melhor o novo diretor da Fundação Educacional do DF, no posto há pouco mais de 30 dias.

A entrevista que se segue foi feita num fim de tarde, na sede da FEDF, próxima ao campus da UnB. Bruno nos recebeu depois de demorada sessão de despachos com o secretário de Educação e Cultura, Pompeu de Sousa. Com objetividade, respondeu a todas as perguntas. Não discutimos o desmembramento da SEC porque Fábio não tem opinião formada sobre tal assunto. Nas entrelinhas, dá para sentir que ele — como educador — gostaria de ver as duas áreas unidas.

Antes do ping-pong, vale conhecer melhor a trajetória brasiliense de Fábio Bruno. Por que ele deixou o Rio e veio para Brasília, em tempos tão difíceis como os da implantação da cidade (chegou aqui em janeiro de 1961)? “Vim para lecionar. No Rio, era professor do Colégio Mello e Sousa, em Copacabana. Professor de História. Ao vir para Brasília, fui atuar no Colégio Elefante Branco, onde dirigi o Departamento de Ciências Sociais, quando, naquele colégio, se estudava em tempo integral”.

Fábio, com sua formação ligada a movimentos de esquerda, atuou, com ardor, na luta pela defesa dos direitos dos professores. Dirigi, de 1962 até a eclosão do Movimento de 1964, a Associação Profissional dos Professores de Ensino Primário e Médio. Com a vitória dos militares, a entidade foi empastelada, e Fábio cassado. Para sobreviver, reuniu-se a um grupo de amigos e foi atuar na área do ensino particular. Primeiro, na Aliança Francesa, que lhe cedeu espaço para o novo projeto, naquela hora tão difícil. Enquanto isto, transformava a Livraria Civilização Brasileira (a sucursal brasiliense funcionava na 110 Sul) em um centro cultural. Sócio de Enio da Silveira, dono da Civilização, Fábio não mediu esforços para participar do movimento cultural brasiliense. Eram famosos os lançamentos de novos livros editados por Enio e os debates culturais da Civilização brasiliense. Lá, discutiam literatura, questões culturais, políticas e sociais, os escritores Fritz Teixeira Salles, Oswaldino Marques, José Godoy Garcia, Fernando Mendes Vianna, Ezio Pires, entre outros. No fim dos anos 60, Fábio integrou a equipe que fundou o Pré-Universitário, uma das mais instigantes experiências educativas da cidade.

— Como se dará, doravante, a relação entre as Fundações Educacional e Cultural?

— Todos os projetos de atuação conjunta permanecerão, principalmente, o Platéia. Só que ele terá nova orientação e se voltará, mesmo, à comunidade. Entendemos como comunidade, não só a família do aluno, mas também as representações de categorias profissionais, que poderão dispor de nossos espaços para debates, reuniões, etc. Se conseguirmos envolver a escola na vida cotidiana da população, ela será estimada. E assim, sem repressão, veremos o fim da depredação dos prédios escolares, tão comum nos últimos anos. Uma escola integrada à comunidade é preservada por esta mesma comunidade.

— Como você encontrou a relação Escola-Comunidade?

— O mais distante possível. O único elo de ligação da escola à comunidade é a APM (Associação de Pais e Mestres). As APMs, todos sabem, são um instrumento ineficiente. Elas foram, com o decorrer do tempo, transformadas em meras recolhedoras de recursos — junto aos alunos — para determinadas despesas da escola. Irems reformulá-las, em profundidade.

— E a situação dos teatros que, através de convênio, foram transferidos à FCDF?

— Voltarão ao nosso poder. O convênio que passou o Teatro da Escola-Parque (na 507/508) Sul e o Teatro da Praça (Taguatinga) à FCDF é absurdo, malconcebido, digno de estudos sérios. Como é que se aliena patrimônio de um organismo público, assim, sem mais nem menos. Isto é uma irresponsabilidade. Não se aliena bens de uma entidade para outra, mesmo que seja uma irmã, assim, sem maior reflexão. (Fábio mostra uma xerox do breve documento, onde se transfere os dois teatros à FCDF e se abre a possibilidade de outras transferências).

— E o Teatro de Sobradinho, inaugurado no fim do ano passado, como fica? Afinal, ele é um auditório adaptado e situa-se dentro da geografia do Centro de Ensino nº 2.

— O convênio que tenho em mãos só fala, concretamente, do Teatro da Escola-Parque e do Teatro da Praça. O caso de Sobradinho entra nos estudos que estamos fazendo, nesta hora. Adianto que todos os auditórios trans-

formados em teatros serão reintegrados às escolas. O caso mais gritante é o da Escola-Parque. A primeira escola-parque de Brasília foi alterada, sem mais nem menos. Um paredão foi erguido no local, separando a escola de seu auditório-teatro. Isto é um absurdo. O mesmo se dá na Escola Industrial de Taguatinga. Lá, para o aluno chegar ao Teatro da Praça, ele tem que passar pela rua. Existe exemplo mais gritante da separação aluno/comunidade?

— Os auditórios-teatros cumprirão, então, doravante, funções pedagógicas e culturais?

— Sim. A noite, eles estarão à disposição da Fundação Cultural. São, porém, espaço das escolas. Lá os alunos farão reuniões, promoverão debates, etc. Os professores, idem.

— Acaba-se, então, com esta nova mentalidade, a transformação de auditórios em teatros?

— Não, de forma alguma. Sabemos que o País passa por sérias dificuldades financeiras. Não construiremos teatros suntuosos, mas adaptaremos auditórios em todas as cidades-satélites, dentro de nossas possibilidades.

— E esta nova administração, que quer recuperar o sentido primeiro da Escola-Parque, pretende construir escolas do gênero, nas satélites?

— Claro que pretendemos. Não sabemos se conseguiremos, pois a situação econômica do País é difícil. Mas alimentamos, mesmo assim, muitos sonhos.

— Mas você é muito realista, não? Uma espécie de contraponto para os delírios do secretário Pompeu de Sousa.

— (Risos). Sou extremamente realista. Por isto, acho que há prioridades mais imediatas, como o fim de monitorias ocupadas por adolescentes de 12, 13 anos, que não têm nenhum preparo para coordenar uma sala de pré-escolar. Não têm condição profissional, nem compreensão da realidade para cuidar do setor. Queremos professores preparados nesta função.

— Como você, um professor de História, vê a comemoração de datas do calendário cívico? Na nova administração, a história não-oficial receberá atenção? Ao lado do 13 de maio, se comemorará o 20 de novembro, dia de Zumbi dos Palmares?

— Nossa orientação é muito simples: realizar o civismo e não ensinar o civismo. Os chamados centros cívicos voltarão a ser centros estudantis. E é a partir deles que os alunos vivenciarão o processo de relação com a Pátria. A disciplina Educação Moral e Cívica se integrará no dia-a-dia da escola. Os professores da disciplina não perderão seu espaço. Ao contrário, ganharão mais trabalho. A sala de aula tem aprisionado o verdadeiro civismo, ao tentar

impô-lo aos alunos. A conclamação do professor Pompeu de Sousa, no sentido de que os alunos cantassem o Hino Nacional durante o luto pela morte do presidente Tancredo Neves, nos mostra a nova relação que pretendemos. No início (segunda-feira) e no final (sexta) da semana haverá um chamamento para o canto do Hino, sem crianças perfiladas, mas sim, com crianças abraçadas, unidas no canto coletivo.

— Como vem encarando as críticas de que você instaurou um “clima de baderna” na FEDF?

— Primeiro, gostaria de esclarecer que ninguém, nenhum professor, veio aqui me dizer que viu baderna em nossas escolas. Ouvi falar, via terceiros, que há segmentos descontentes, achando o processo democrático que estamos instalando — professores elegem chefes de complexos — próximo à baderna. Meu gabinete está aberto para estas pessoas virem expor seus pontos de vista. De saída, aviso que o processo democrático é polêmico, difícil. Chega de apatia. De agora em diante, nossa orientação é no sentido de que cada sala de aula seja um espaço democrático, onde o aluno questiona, indaga, rebate opiniões. Todo mundo sabe que uma boa aula, é uma aula agitada. Aula parada desmotiva a participação do aluno. De agora em diante, a orientação é questionar tudo. Não temos planos prontos. Não somos messiânicos. Vamos ouvir as sugestões dos professores, dos alunos, de todas as pessoas envolvidas com a educação, em Brasília. Sobre nós deve pairar o sentimento de liberdade e de amor à liberdade.

— Fábio, e esta imagem de “Incediário”, que alguns professores espalharam, a seu respeito, em escolas das cidades-satélites?

— Este é um tema delicado. A minha honestidade pessoal me faz revelar que sou um liberal de esquerda. Infelizmente, as pessoas não estão preparadas para aceitar isto. Tenho recebido, diariamente, entre 100 e 150 pessoas. Ouço a todos. Já fui a várias escolas, assembleias de funcionários, troquei muitas idéias. Deixei claro, em muitas oportunidades, que não vou perseguir ninguém. O professor que vier aqui discordar das minhas idéias, tem estabilidade para fazê-lo. Nunca será punido pelo exercício de sua opinião. Quero uma relação livre e franca. Um professor só será demitido da FEDF por justa causa.

— Alguns professores confundiram o processo de eleição direta de diretor de complexo com bagunça. Isto é sinal de falta de maturidade?

— Não. A maioria compreendeu o processo e participou com empenho. Houve reclamações. Houve até quem achasse que fomos ausentes, na medida

em que não interferimos nas eleições. Entendemos que nossa ausência é a liberdade do professor, pois evita estrangulamentos. Os mais votados foram empossados, e o exercício do voto mostrou que a democracia fala mais forte. Em novembro, elegeremos os diretores definitivos. Al sim, haverá tempo maior para debates e troca de idéias, elementos fundamentais na vida democrática.

— Outra crítica que se ouve a seu respeito é que você não tem formação pedagógica. Como se coloca frente a este assunto? O que pensa da Pedagogia?

— Para mim, pedagogo é todo professor que ama sua profissão, e não apenas aqueles que frequentam escolas de Pedagogia. Do humanismo construído na relação aluno/professor nasce a Pedagogia. Até o homem da rua pode ser um grande pedagogo, um grande educador. Vejam o que o império da pedagogia (em sentido estrito) fez com a educação brasiliense, nestes últimos anos! Pela verdadeira pedagogia e contra o pedagógico. Esta é minha posição.

— Então, chega de pedagogos ditando normas.

— Chega de Pedagogia pela Pedagogia. A diretora da DGP (Direção Geral de Pedagogia), professora Eva Waisnor Pereira é uma pedagoga. Mas ela não cultiva visão estreita da Pedagogia. Não fala pedagógicos. O que vimos nos anos em que ficamos sob a administração das pedagogas? Vimos 12 mil professores amodados, cultivando a “Pedagogia da Opressão”. Este tipo de pedagogia nem deve existir, pois é uma agressão oriunda da obsessão pelo pedagógico.

— Professores de Taguatinga Norte receberam informações de que você ia desmontar o “Projeto ABC”, de alfabetização.

— Muita informação desencontrada circulou. São, porém, desprovidas de verdade. A professora Eva Waisnor tem se dedicado a permanentes encontros com alfabetizadores. Tem trocado muitas idéias e ouvido, com a maior atenção, todas as sugestões. Depois que cumprirmos etapas mais gerais, vamos promover reuniões de áreas, disciplina por disciplina. A nova Fundação Educacional nascerá da vontade dos professores.

— Você tem projetos para melhorar o nível cultural dos professores?

— Vamos intensificar seminários, palestras, debates, encontros. Em outubro, a FEDF dará todo apoio ao II Encontro de Professores do DF. Neste encontro, nossa proposta de trabalho já estará mais concreta. Será, então, motivo de debates e polémicas.

— A maior parte dos funcionários da FEDF é composta de mulheres. Como você vê a questão do feminismo?

— Há um dado interessante. Dos 16 diretores de complexo eleitos, apenas duas são mulheres. Depois do império da pedagogas, o professorado preferiu votar em nomes masculinos.

O secretário Pompeu de Sousa o diretor-executivo da FCDF, Luis Humberto, reclamam que é difícil trabalhar, tamanhos são os problemas “de varejo” (pequenas causas que atrapalham a elaboração de planos maiores). Você tem sofrido com este tipo de problema?

— Acho que o “varejo” é importante. Recebo todos que me procuram, por menor que seja a causa. Entendo que, por certo tempo, as pessoas virão nos procurar até para conferir. Elas querem saber se, depois de 25 anos, as portas estão mesmo abertas. Só vindo aqui e sendo recebidas pelo diretor-executivo, elas se convencerão de que tudo mudou mesmo. Recentemente, numa reunião com professores do Colégio Agrícola, depois de me ouvir, uma professora perguntou se eu existia mesmo. Com esta atitude ela quis mostrar que a figura do diretor-executivo da FEDF era muito distante do professorado.

— O patrimônio da Fundação Educacional é muito rico, não? Diz-se que o Colégio Agrícola de Planaltina é excelente.

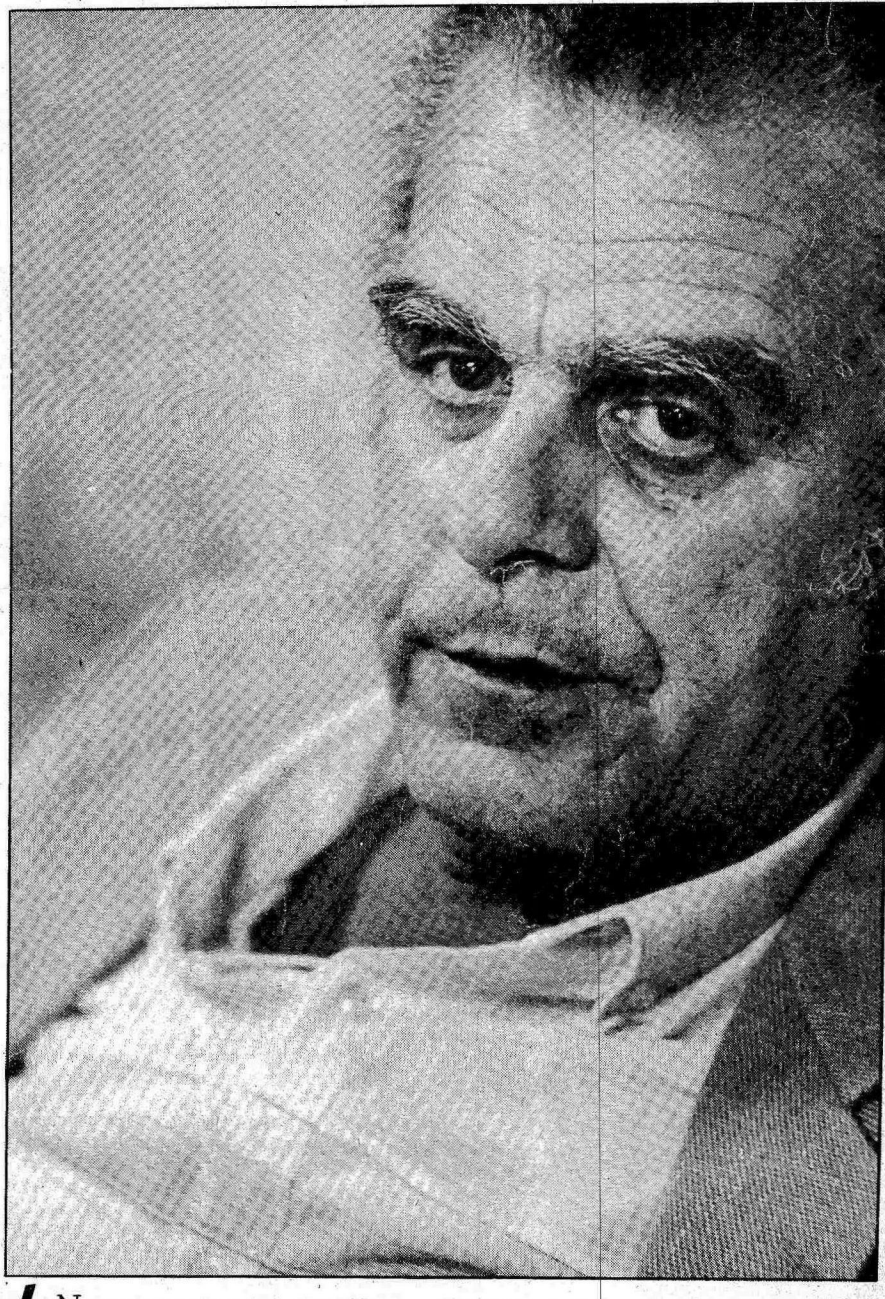
— É algo fantástico. Estive lá, recentemente, para reunião com os professores e alunos, e vi que é uma das escolas agrícolas mais bem equipadas do País. É melhor que a Escola de Agronomia da UnB.

— E o Nutel? Que papel terá em sua administração?

— O Núcleo de Teleeducação é outro importante e bem equipado setor da FEDF. Ele cuidará da integração total do professor e do aluno com a criatividade. O Nutel fica sob a coordenação da DGP e dispõe de equipamentos para vídeo, fotografia, artes gráficas e cinema. Terá, na nossa gestão, o uso mais democrático possível.

— Fábio, diz-se que Brasília tem a maior população estudantil do País, em termos proporcionais. Você tem estes dados, concretamente?

— Tenho impressão, que, em termos proporcionais, temos mesmo a maior população estudantil do País. Na rede pública estudam mais de 300 mil alunos. Dados de 1983 nos mostram que temos 225 mil alunos no I Grau; 40 mil no II Grau; 40 mil no pré-escolar; dois mil e 500 no ensino especial; 32 mil no supletivo. Na rede particular estudam 80 mil alunos, sendo que 35 mil no I Grau; 12 mil no II Grau; 20 mil no pré-escolar e seis mil e 500 no supletivo. Como se vê, fora a universidade e as várias faculdades, temos, numa população de 1.300.000, cerca de 380 mil alunos.



— Nossa orientação é no sentido de que cada sala de aula seja um espaço democrático, onde o aluno questiona, indaga, rebate opiniões